Itamar promove reforma ministerial em dezembro

O Governo já iniciou os estudos para fazer uma reforma administrativa e ministerial que deverá ser consumada na primeira quinzena de dezembro. Nela, deverá estar incluída a extinção do Ministério da Integração Regional, ocupado pelo ministro Alexandre Costa, que resiste a se demitir após ser acusado de participar do esquema de corrupção no Orçamento. O líder do Governo no Senado, Pedro Simon, anunciou ontem que a reforma poderá ocorrer já na primeira semana de dezembro, com extinção de ministérios e substituição de vários ministros.

O estudo está sendo preparado pelos ministros Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda; Alexis Stepanenko, do Planejamento; e Romildo Canhim, da Administração Federal, com o objetivo de promover "um enxugamento" no ministério, segundo Simon. O senador não confirmou, entretanto, a extinção do Ministério do Bem-Estar Social, como saída para retirar do governo o ministro Jutahy Júnior, inimigo político do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

Givaldo Barbosa

Simon discutiu com Itamar a extinção das pastas da Integração Regional e do Bem-Estar Social

De acordo com Simon, os ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social estão sendo questionados porque para eles há grande destinação de emendas orçamentárias apresentadas por parlamentares. "Vamos fazer justiça. Não é por causa dos ministros, não; é por causa das emendas lá do Congresso". Pedro Simon acredita que a simples extinção desses ministérios não vai garantir o fim da corrupção.

Ao anunciar ontem a preparação da reforma, Simon citou o exemplo da Argentina, onde o presidente Carlos Menem reduziu seu ministério a sete auxiliares. Para o líder do Governo, o ex-presidente Fernando Collor tentou uma experiência semelhante. Mas, "na hora de reduzir, não houve racionalidade e não correspondeu a uma análise profunda".

Fusão — Pelo que prevê a reforma pretendida, o Ministério da Ciência e Tecnologia será unificado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Também seriam unificados os ministérios da Cultura e da Educação. Os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente e da Amazônia Legal seriam transformados em secretarias, vinculadas diretamente à Presidência da República.

Na reforma, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) será transferida do Ministério do Planejamento para o Ministério da Fazenda, atendendo a uma reivindicação de Fernando Henrique Cardoso.